

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COOPERATIVISMO**

VITOR MAREGA MÖRSCHBÄCHER

**A Contribuição da Doutrina Cooperativista na Formação Pessoal e Profissional
do Jovem Aprendiz Cooperativo Formado pela Cooperativa de Trabalho
Educativa Coopeeb Ltda.**

São Leopoldo

2018

VITOR MAREGA MÖRSCHBÄCHER

**A Contribuição da Doutrina Cooperativista na Formação Pessoal e Profissional
do Jovem Aprendiz Cooperativo Formado pela COOPEEB**

Projeto de Pesquisa apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Cooperativismo, pelo
Curso de Especialização em
Cooperativismo da Universidade do Vale
do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Prof.^a Ma. Janira Aparecida da Silva

São Leopoldo

2018

“[...] É positivo chegar primeiro, desde que a intenção seja abrir caminho para outras, tornar mais fácil o caminho deles, ajudá-los e mostrar-lhes o caminho. A competição é negativa quando desejamos derrotar os outros, empurrá-los para baixo, para podermos subir.

(Dalai Lama)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é o nosso maior mestre. Aos familiares por muito apoio e amor. À minha cooperativa COOPEEB, que através dos dirigentes incentivaram a realização deste curso. À minha orientadora, Janira Aparecida da Silva, professora e mestre, por sua sabedoria e dedicação.

RESUMO

A utilização das melhores práticas educativas pelas instituições de ensino proporciona aos aprendizes a melhora de sua capacidade crítica de enxergar o mundo e a promoção de condições reais de vida e de trabalho, desenvolvendo nestes habilidades e atitudes que os diferencie no mundo corporativo. Assim, este trabalho tem como objetivo principal analisar como a educação cooperativista ministrada pela Cooperativa de Trabalho Educacional Coopeeb Ltda. contribui para a formação pessoal e profissional do jovem aprendiz do município de Porto Alegre e de sua região metropolitana no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, a pesquisa bibliográfica e as publicações brasileiras sustentaram os conceitos doutrinários e o processo de construção da educação cooperativa. Desse modo, a presente investigação corrobora com a percepção inicial do autor de que a doutrina cooperativista promove o desenvolvimento pessoal e profissional do jovem aprendiz, além de despertá-lo para os ensinamentos do movimento cooperativista. Trata-se de uma análise quantitativa, baseado em um estudo descritivo, realizado com os alunos matriculados no Programa Aprendiz Cooperativo, com idade de 14 a 24 anos, no período de 2017-2018, vinculados às cooperativas das áreas de crédito e saúde. Neste sentido, e na incessante busca por soluções, encontra-se no cooperativismo uma forma de combater o desemprego e a infelicidade, desenvolvendo competências necessárias para que o jovem atue como um técnico multiplicador da doutrina cooperativista nos diversos ramos do cooperativismo.

Palavras-chave: Cooperativismo; Cooperativa; Mercado; Jovem Aprendiz Cooperativo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos aprendizes	25
Gráfico 2 – Faixa etária dos aprendizes	25
Gráfico 3 – Município de residência dos aprendizes	26
Gráfico 4 – Dados gerais da amostragem	27
Gráfico 5 – Dados gerais da amostragem	28
Gráfico 6 – Contribuição da doutrina cooperativista para formação do jovem	29
Gráfico 7 – Interesse em continuar trabalhando em uma cooperativa	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de cursos da Coopeeb.....	23
Tabela 2 - Disciplina e carga horária.....	24

LISTA DE SIGLAS

COOPEEB	Cooperativa de Trabalho Educacional Coopeeb Ltda.
OCERGS	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
SESCOOP-RS	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transportes
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEST	Serviço Social de Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E A EDUCAÇÃO	14
2.1.1 Princípio da Educação, formação e informação	15
2.2 O EMPREENDEDORISMO	16
2.3 LEI DA APRENDIZAGEM	17
2.4 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	18
2.5 SOBRE A COOPEEB	18
3.METODOLOGIA	20
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	20
3.1.1 Análise quantitativa	20
3.1.2 Pesquisa descritiva	20
3.1.3 Unidade de análise e sujeitos da pesquisa ou população alvo e amostra	20
3.1.4 Técnica de coleta de dados	21
3.1.5 Técnica de análise de dados	21
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
4.1 CURSOS OFERECIDOS PELA COOPEEB E DISCIPLINAS	22
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA.....	24
4.3 OUTROS DADOS COLETADOS	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	38

1 INTRODUÇÃO

Buscar formas e defender métodos de inserção de jovens no mercado de trabalho é uma excelente prática educativa no exercício da cidadania. Conforme pesquisa realizada pelo IBGE¹, apresentada em abril de 2018, o número de desempregados no Brasil alcança os 13,7 milhões de pessoas, e as vagas criadas não ultrapassam dois salários mínimos, conforme levantamento realizado no último trimestre deste ano.

O conhecimento é sempre um desafio, não apenas para o jovem, mas para todo cidadão que reflete a realidade de espaços cooperativos e interdependentes. Conforme Frantz (2003 p.8), “O desenvolvimento é um fenômeno social que contém um ‘movimento em direção ao melhor’ e o associativismo expressa a relação entre os indivíduos com interesses comuns no sentido de uma melhor qualidade de vida. Indivíduos se associam em função de interesses comuns que podem desencadear ações de cooperação com reflexos no desenvolvimento local”.

Assim, a compreensão dos limites do mundo real tangível e a virtualização de novos espaços democráticos, cada vez mais conectados pela internet, proporcionam ambientes disruptivos na construção de modelos educacionais inovadores, geradores de oportunidades e de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, Albuquerque (2003) sugere que reflitamos sobre que tipo de saberes são ou serão necessários para se construir um saber diferenciado; e que projeto de educação cidadã e coletiva é possível frente à realidade social que se apresenta. Significa dizer que a pretensão de evidenciar estes elementos educacionais levam a construção de um projeto educacional socialmente justo, popular e democrático.

Nesse aspecto, a história revela que a humanidade pratica a união e a cooperação há milhares de anos, como nos povos antigos, como os egípcios e os gregos (KLAES, 2005).

Já, no Brasil, o destaque foram as reduções jesuíticas e os quilombos. Em meados do século XVIII, com o surgimento da revolução industrial, a mão-de-obra perdeu grande poder de troca; havia baixos salários e longas jornadas de trabalho,

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geometria e Estatística. Material está disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2017/pnadc_201704_trimestre_quadroSintetico.pdf, acesso em: 30 jun. 2018.

com saúde básica e educação precárias. Neste cenário, surge a primeira cooperativa de consumo, com o nome de Rochdale Society of Equitable Pioneers e, nela, a base dos princípios cooperativos. Dentre eles, destaca-se, em função deste trabalho, o quinto princípio: educação, formação e informação.

Esse princípio, além de informar o público em geral - particularmente os jovens e os líderes de opinião sobre a natureza e as vantagens da cooperação - objetiva o desenvolvimento cultural e profissional do associado e da sua família. Assim como a formação, a capacitação e a constante requalificação de todos os associados.

Frantz (2003) afirma que o “saber” determina o “poder”. Desse modo, o saber promove a cooperação entre os sujeitos. No entanto, o poder precisa estar democraticamente distribuído para que haja a cooperação entre os indivíduos. Nesse âmbito, cabe exclusivamente à educação cooperativa o desenvolvimento e o enriquecimento desse processo construtivo social dinâmico, pelo entrelaçamento teórico e prático e pela interação e integração dos sujeitos. Ou seja, ocorrem pelos processos de comunicação, que supostamente emergem dela própria - da educação -, processos esses que se fundem, se confundem e se renovam na prática do dia a dia dos indivíduos e coletividades. Frantz (2003) também defende que a educação cooperativa tem o papel defensivo-social diante de uma iminente - na expressão de Rizek (1998) - “vulnerabilidade de massa”, traduzida pelo risco à identidade cultural de grupos e de pessoas, a qual, supostamente, entendia-se como afastada.

Na incessante busca por soluções, encontra-se no cooperativismo uma forma de combater o desemprego e a infelicidade. Analistas asseguram que vive-se na era da gestão do conhecimento, de transformações e de experimentações. Assim, os empreendimentos cooperativos agora são vistos como uma alternativa para os problemas impostos pela globalização e pelo mundo contemporâneo. Estes proporcionam milhares de postos de trabalho, renda e melhoria na qualidade de vida dos sócios, de suas famílias e da comunidade na qual estão inseridos.

No mesmo sentido - e na busca de uma prática pedagógica empreendedora não formal - a COOPEEB, formada por professores, técnicos e pedagogos promove, entre outras atividades, a preparação de jovens e adultos para o mercado de trabalho através do **Programa Aprendiz Cooperativo**. Isso ocorre por meio de um projeto em parceria com o SESCOOP-RS, que visa a inserir o jovem aprendiz no ambiente cooperativista com atitudes, conhecimentos e habilidades necessários

para atuar como um técnico; e como multiplicador da doutrina cooperativista nos diversos ramos do cooperativismo.

1.1 PROBLEMA

Vive-se em um mundo capitalista com transformações tecnológicas, econômicas e sociais jamais vistas. Olha-se para o futuro, e constata-se profissões sendo extintas e criadas com a mesma velocidade. No interior do estado do Rio Grande do Sul encontram-se famílias participando das decisões políticas de maneira ativa, cooperativa e integrada na solução dos problemas sociais e, na mesma corrente, vê-se a obtenção de uma educação com maior qualidade e equilíbrio social. Já no ambiente urbano, com o foco maior nos grandes centros, as diferenças sociais tornam-se evidentes. Constata-se o aumento da população de rua, a riqueza gerando mais pobreza, e uma juventude marcada por um consumo compulsivo capitalista não sustentado.

Baseando-se em dados concretos, e utilizando-se de uma amostra de cento e doze jovens que realizam o curso de Auxiliar Administrativo, na cidade de Porto Alegre/RS - no período de 15/07/2018 a 14/08/2018 -, organizado pelo SESCOOP-RS e a COOPEEB, foi produzida uma análise de como a formação empreendedora, através de um modelo cooperativista, pode contribuir na formação pessoal e profissional dos jovens para a sua inserção no mercado de trabalho. Como base neste processo educacional não formal e transformador, denominado **Programa Aprendiz Cooperativo**, este pesquisador motivou-se em responder à seguinte pergunta: Como a educação cooperativista e técnica, ministrada pela COOPEEB, contribui para a formação pessoal e profissional do jovem aprendiz no município de Porto Alegre/RS e região metropolitana?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a educação cooperativista ministrada pela Cooperativa de Trabalho Educacional Coopeeb Ltda., contribui para a formação pessoal e

profissional do jovem aprendiz no município de Porto Alegre e região metropolitana, do estado do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o curso com maior aplicabilidade no mercado de trabalho oferecido pelo programa, descrevendo o processo de estruturação do mesmo;
- b) Especificar as fontes com referenciais teóricos que contenham a temática vinculada ao cooperativismo;
- c) Descobrir se o jovem aprendiz possuía algum conhecimento sobre a doutrina cooperativista;
- d) Detectar a repercussão dos estudos doutrinários cooperativistas na formação do aprendiz.

1.3 JUSTIFICATIVA

Verificar se o jovem aprendiz residente em Porto Alegre e cidades vizinhas, que compõem a região metropolitana, almeja permanecer no ambiente cooperativista, e se a doutrina promoveu transformação no comportamento deste. Desta forma, a pesquisa torna-se relevante para averiguar se o investimento realizado pelo sistema cooperativista do Rio Grande do Sul obtém o retorno social esperado: a promoção do jovem no mercado de trabalho; e se o processo de ensino e aprendizagem está alinhado com as necessidades desse mercado.

Conforme o Programa Aprendiz Cooperativo oferecido pelo SESCOOP-RS e ministrado pela COOPEEB, aproximadamente 70% das cooperativas buscam no curso de Auxiliar Administrativo suprir suas demandas de pessoal em áreas de apoio administrativo. É uma forma legal, para que as cooperativas que utilizam o programa cumpram o Decreto² nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, que regula a contratação de aprendizes, e dá outras providências. Trata-se de um processo educacional, metódico e gradual que contribui para a profissionalização do jovem. A implicação dessa lei, como prática na gestão das cooperativas, promove o contato deste com o

² BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm, acesso em: 06.08.2018.

mercado de trabalho e como conhecedor das práticas cooperativistas. Desta forma, as cooperativas atendem a legislação de aprendizagem; o SESCOOP-RS exerce sua função legal e social na promoção e na educação cooperativista; o pesquisador explora a efetividade das práticas educativas utilizadas; e o meio acadêmico internaliza novas experiências cooperativistas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO E A EDUCAÇÃO

Considerando que a ideia da cooperação existiu antes de haver um movimento social organizado é possível afirmar que a história do cooperativismo vem sendo registrada por diversos movimentos cooperativos espalhados pelo mundo, desde os primórdios da civilização.

Isso ocorreu a partir do momento em que a humanidade sentiu a fragilidade de ações individuais e, ao contrário, a consistência positiva dos resultados práticos produzidos por ações coletivas, no sistema de cooperação. Eis o motivo pelo qual a história do cooperativismo no mundo é moldada pela história da cooperação (CAMPOS, 2016, p. 33 apud KLAES, 2005).

Uma dessas histórias, registrada pela literatura, é a dos vinte e oito tecelões de Rochdale que, segundo Holyoake (2014, p.15), “[...] são a bandeira de cores mais vivas da propaganda cooperativista”. Na concepção do autor, os probos de Rochdale, a partir do ano de 1849, organizaram a seção de educação para os cooperadores e suas famílias. Complementando, Holyoake (2014) assegura que a ideia era levar a redenção social e a supressão das condições desiguais, que então eram impostas aos trabalhadores.

Vale ressaltar que a educação desenvolve pessoas para atuarem como cidadãos no exercício de seus direitos e deveres. Além disso, é utilizada como estratégia na gestão do conhecimento organizacional, pois desenvolve e forma pessoas competentes e habilidosas para o enfrentamento de uma nova visão de mundo que, atualmente, está cada vez mais consumista, individualista, competitivo e inovador. Assim, Schneider (2010, p. 11) “vê na educação e na capacitação ações estratégias de sucesso para as cooperativas.”

Neste sentido, enfatiza Schneider (2010, p. 16) que:

[...] educação é um processo dinâmico que intervêm em todas as atividades humanas e que está centralizado sobre a personalidade e as relações interpessoais, de modo que cada pessoa torna-se um participante crítico e criativo em seu contexto cultural [...]. Ainda (p, 17) revela que, “a urbanização, a revolução tecnológica e a informática provocaram grandes transformações no plano econômico, social e cultural, especialmente dos valores que conduzem a um consumismo crescente e, conseqüentemente, um empenho cada vez maior no trabalho, para uma renda adequada que

permita a fazer frente a todas as múltiplas demandas consumistas de hoje, pressionadas pelos processos de marketing da mídia.”

Sendo a educação um processo pessoal e profissional de formação, percebe-se que o conhecimento permite a compreensão da realidade do mundo (DEMO, 1991) e é entendido como elemento de capital importância nos processos de inovação. Desse modo:

[...] em um contexto cada vez mais competitivo e individualista, “componente expressivo do sistema capitalista neoliberal de hoje”, “a primeira socialização não é confiada somente no grupo familiar, mas é partilhada com estruturas que a substituem. Daí sua defesa de educação cooperativa como “um conjunto de ensinamentos, que não só proporcionam maior aporte cultural aos envolvidos, mas trabalham valores e princípios”. E, assim, a educação cooperativa volta-se “ao desenvolvimento da pessoa humana, plenamente consciente do seu papel na cooperativa e conseqüentemente na sociedade, uma pessoa solidária e altruísta, comprometida por laços de reconhecimento com sua comunidade” (SCHNEIDER, 2010, p. 17).

Logo, sendo os valores humanos algo inerente ao ser, busca-se na doutrina cooperativista não só uma identidade social, mas a apropriação de um sentimento de pertencimento deste movimento. Segundo Schneider (2010), os valores, os princípios cooperativos e a própria visão de sociedade são parte integrantes desta identidade cooperativa.

2.1.1 Princípio da Educação, formação e informação

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Estas informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. Assim, os valores e os princípios do cooperativismo, como se conhece atualmente, estão em perfeita sintonia com o que se quer como norteadores de vida para os jovens e também para os adultos desta nação.

Conseqüentemente, o conceito de cidadania plena incorpora tais imperativos humanísticos. Por isso, não se deve economizar em ações que coloquem em prática esta diretriz. Educar, formar e informar é fundamental, pois quanto mais cooperativa for a nação, mais próspera e justa será. O princípio relaciona-se imediatamente com

os valores da transparência e da responsabilidade, esclarecido, no entanto, que os programas/conteúdos que o levam à prática têm de ocupar-se de todos os valores. (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2018)

Segundo Nascimento (2000), a educação cooperativa é o problema essencial do cooperativismo e, portanto, deve ser atacado de forma sistemática; e deve ser entendido como um processo permanente de observação e análise das desigualdades existentes, a partir de problemas reais e de uma postura ideológica que a coloque como instrumento de correção dos equilíbrios.

Desta forma, se pode encontrar no Programa Aprendiz Cooperativo³, um caminho para minimizar os impactos sociais discriminatórios do sistema capitalista, promovendo o jovem, que luta e persiste, na sua inclusão social e profissional.

2.2 O EMPREENDEDORISMO

Pode-se entender que ser empreendedor é fazer algo. É o despertar do talento humano e a geração de ideias criativas para atender necessidades que, por sua vez, são ilimitadas.

Enquanto Pinchot (1989) conceitua empreendedorismo como a busca na necessidade de realizar, o que não é necessariamente estabelecida na infância e pode ser desenvolvida em qualquer ponto da vida, dados o desejo e a oportunidade.

Como cooperar é uma prática da natureza humana para a busca da resolução de problemas sociais e econômicos, Fialho (2006) comenta que “ser empreendedor” é um processo que ocorre em diferentes ambientes e situações empresarias, e provoca mudanças através da inovação realizada por indivíduos que geram ou aproveitam oportunidades, e que criam e realizam atividades de valor tanto para si próprios quanto para a sociedade.

Para Schumpeter (1988), o empreendedorismo pode ser compreendido como um agente de inovação e mudança capaz de influenciar o crescimento econômico.

Assim, Gawlak (2010, p.26), através do sétimo princípio do sistema cooperativista, informa que [...] as cooperativas contribuem para o desenvolvimento da comunidade com a geração de empregos, produção, serviços e preservação do meio ambiente, mediante políticas aprovadas pelos seus sócios.

³SESCOOP/RS. Programa Aprendiz Cooperativo. Disponível em: <http://www.sescooprpr.coop.br/programas/aprendiz-cooperativo/>. Acesso em: 06.10.2018

2.3 LEI DA APRENDIZAGEM

Segundo o Manual da Aprendizagem⁴ do Ministério do Trabalho e Emprego:

A formação técnico-profissional de adolescentes e jovens amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e torna mais promissor o futuro da nova geração. O empresário, por sua vez, além de cumprir com a função social, contribuirá para formação de um profissional mais capacitado para as atuais exigências do mercado de trabalho e com visão mais ampla da própria sociedade. Mais que uma obrigação legal, portanto, a aprendizagem é uma ação de responsabilidade social e um importante fator de promoção da cidadania, redundando, em última análise, numa, melhor produtividade. [...] dá a certeza de que será profícua e perene, tornando-se um direito fundamental dos adolescentes e jovens na construção de uma sociedade mais justa e solidária (MANUAL DA APRENDIZAGEM, 2011, p.9).

No Brasil, o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005⁵ estabelece os parâmetros necessários ao fiel cumprimento da legislação e, assim, regulamenta a contratação de aprendizes nos moldes propostos. A legislação estabelece, ainda, que a formação técnico-profissional deve ser constituída por atividades teóricas e práticas, organizadas em tarefas de complexidade progressiva, em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, proporcionando ao aprendiz uma formação profissional básica.

Cabe ressaltar que, através dos serviços nacionais de aprendizagem, o chamado “Sistema S”⁶ (SESCOOP, SENAI, SENAC, SESC, SEST, SENAR e SENAT) são instituições qualificadas para a promoção dos cursos de aprendizagem.

Desse modo, por meio da contratação de aprendizes as cooperativas promovem a integração social e profissional do jovem no mercado de trabalho e dão apoio a legislação vigente.

⁴ MANUAL DA APRENDIZAGEM. **O que é preciso saber para contratar o aprendiz.** Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. – 7. Ed. Ver. Ampliada. – Brasília: Assessoria de Comunicação do MTS, 2011. 88p.

⁵ BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm, acesso em: 06.08.2018.

⁶ “SISTEMA S” - termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra s, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>, acesso em: 07.10.2018.

2.4 EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007, p. 43-44), descreve:

[...] A educação não-formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano. Os espaços das atividades de educação não-formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura. Essas atividades se desenvolvem em duas vertentes principais: a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central. Nesse sentido, movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não formal quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Muitas práticas educativas não-formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas. A sensibilização e conscientização das pessoas contribuem para que os conflitos interpessoais e cotidianos não se agravem. Além disso, eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação. As experiências educativas não formais estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas. Resultados mais recentes têm sido as alternativas para o avanço da democracia, a ampliação da participação política e popular e o processo de qualificação dos grupos sociais e comunidades para intervir na definição de políticas democráticas e cidadãs. O empoderamento dos grupos sociais exige conhecimento experimentado sobre os mecanismos e instrumentos de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos.

2.5 SOBRE A COOPEEB

COOPERATIVA DE TRABALHO EDUCACIONAL COOPEEB LTDA., mantenedora do COLÉGIO CONCÓRDIA de Porto Alegre, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Presidente Franklin Roosevelt, nº 782, em Porto Alegre – RS. Formada por professores e funcionários que prestam serviços educacionais

para educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Fundada no dia 09 de maio do ano 2000.

Na assembleia geral de constituição da COOPEEB, dentre os 20 sócios iniciais, alguns foram escolhidos para exercer as funções de direção. Ainda nessa assembleia foi discutido e aprovado o estatuto social, o qual é parte integrante da primeira ata. A partir deste momento, foram muitas as reuniões até que, no primeiro dia de setembro de 2000, a COOPEEB assumiu a manutenção do Colégio Concórdia de Porto Alegre/RS e, atualmente, conta com aproximadamente 139 sócios e demais funcionários.

A COOPEEB é uma organização que tem seriedade em seu negócio, e é reconhecida pela sociedade ao longo destes 18 anos como cooperativa mantenedora de um educandário que tem 118 anos de existência. Possui um quadro de cooperados alinhados com as necessidades da cooperativa, prezando valores, como: ajuda mútua, respeito, cooperação, ética, transparência e espírito democrático. Por ser uma instituição tradicional na cidade, tem como parceira a Comunidade Evangélica Luterana do Brasil. Como cooperativa, tem participação ativa no sistema OCERGS, promovendo a educação cooperativista nas regiões onde atua.

Na instituição, a tecnologia está presente em várias áreas, como: controle e monitoramento eletrônico do fluxo de pessoas, controle eletrônico das atividades laborais e docentes, folha de pagamento e cadastros funcionais. Além disso, utiliza mídias sociais e ferramentas eletrônicas de comunicação entre os associados.

A Cooperativa preza por valores e princípios éticos e sociais, e possui alinhamento ideológico com a *práxis* de seu trabalho. Na questão nas mudanças culturais e comportamentais, a instituição promove palestras, cursos e encontros com pais e alunos; também promove mudanças físicas adequadas ao novo público que se apresenta.

3.METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

3.1.1 Análise quantitativa

Com a coleta de dados buscou-se identificar e mensurar de forma organizada as informações a partir das concepções de Gil (2010, p.82), pois “validade é a capacidade de uma medida para produzir os efeitos esperados. Assim, uma medida é considerada válida quando mede o que se realmente pretende medir”.

3.1.2 Pesquisa descritiva

Conforme Gil (1999) a pesquisa tem como objetivo informar o pesquisador sobre situações, fatos, opiniões ou comportamentos, buscando mapear a distribuição de um fenômeno na população estudada. Desta forma, serão detalhados, no decorrer dessa investigação, os dados sobre o grupo, objeto deste estudo:

- a) estudo de caso com uma população de 112 alunos e uma amostra de 84,82%;
- b) confecção de um questionário, com auxílio bibliográfico para escolha do tipo de pesquisa;
- c) realização de análise estatística simples.

3.1.3 Unidade de análise e sujeitos da pesquisa ou população alvo e amostra

O trabalho foi realizado com os alunos matriculados no programa aprendiz cooperativo - com idade de 14 a 24 anos no período 2017-2018 - de cooperativas das áreas de crédito e saúde, na cidade de Porto Alegre, organizado pelo SESCOOP/RS, em parceria com a Cooperativa de Trabalho em Educação – Coopeeb.

A escolha pelas turmas, organizadas em Porto Alegre, ocorreu porque concentra alunos urbanos residentes nesta cidade e algumas outras da região

metropolitana. Assim, como grupo de estudo, contou com uma população de 112 alunos, distribuídos em cinco turmas chamadas de: “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

Como amostra utilizou-se as turmas “A à D”, o que correspondeu a 84,82% desta população. E, na turma “E”, por apresentar menor número de alunos, realizou-se uma testagem com questionário aplicado. O objetivo foi investigar se o mesmo estava alinhado ou não ao tema proposto neste estudo. Depois da aplicação não foram encontradas objeções às perguntas, excluindo-se a turma “E” desta amostra.

3.1.4 Técnica de coleta de dados

Para a presente investigação as técnicas utilizadas foram o levantamento bibliográfico, o questionário e escala Likert. Tal escolha ocorreu porque, segundo Richardson, R. J. et al (1999), o levantamento bibliográfico tem como objetivo reunir conceitos e evidências capazes de sustentar uma abordagem acerca do tema pesquisado; e o questionário e escala Likert, na concepção de Easterby-smith, M, (1999), serve para medir atitudes e comportamentos utilizando opções de resposta que variam de um extremo a outro – como, por exemplo, de nada provável para extremamente provável -. Além disso, ao contrário de uma simples pergunta de resposta "sim" ou "não", a escala Likert permite descobrir níveis de opinião, o que pode ser especialmente útil para temas ou assuntos delicados ou desafiadores.

3.1.5 Técnica de análise de dados

Para o estudo dos dados coletados foi utilizada uma análise estatística simples, baseado em Montenegro (1981). Tal análise dá exatidão e eficácia à amostragem, além de ser um procedimento mais fácil de ser aplicado – todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em viagens pelo interior do Rio Grande do Sul, ministrando disciplinas de cooperativismo, empreendedorismo, gestão e cidadania, o pesquisador considerou que os alunos do interior demonstravam ser mais felizes e comprometidos com essas disciplinas, se comparados com alunos da capital e região metropolitana, os chamados jovens da capital⁷.

Também, o pesquisador observou uma mudança de comportamento e integração desses jovens da capital após a conclusão da disciplina de cooperativismo, pois eles descobriram que a solidariedade é fundamental para o crescimento profissional e pessoal de qualquer cidadão em processo de formação.

Desta forma, é possível afirmar que buscar formas e defender métodos de inserção de jovens no mercado de trabalho é uma excelente prática educativa não formal no exercício da cidadania. Afinal, o conhecimento é sempre um desafio, não apenas para o jovem, mas para todo cidadão que pensa na realidade de espaços cooperativos e interdependentes.

Nesse aspecto, Frantz (2003) defende que a educação cooperativa tem o papel defensivo-social diante de uma iminente ameaça à integridade humana, na expressão de Rizek (1998) “vulnerabilidade de massa”, traduzida pelo risco à identidade cultural de grupos e pessoas a qual, supostamente, entendia-se como afastada. E, na incessante busca por soluções, encontra-se no cooperativismo uma forma de combater o desemprego e a infelicidade.

4.1 CURSOS OFERECIDOS PELA COOPEEB E DISCIPLINAS

Abaixo pode-se visualizar o curso de **Auxiliar Administrativo** com 80,77% dos cursos oferecidos sendo, este, com maior aplicabilidade no mercado de trabalho. Esta diferença singular, comparada aos demais cursos, justifica-se pela exigência legal conforme os artigos 11 e 23 do Decreto nº 5.598/05, que prevê a ausência de risco que possa comprometer a saúde e a segurança dos adolescentes.

⁷ Este autor considera jovens da capital, aqueles jovens residentes em capitais e cidades de sua região metropolitana. Não são considerados aqueles jovens residentes em municípios do interior.

Tabela 1 - Distribuição de cursos da Coopeeb

DISTRIBUIÇÃO: CURSOS E TURMAS DA COOPEEB			
CURSO	TOTAL N° de TURMAS/CURSO	REGIÃO SEDE TURMAS	
		CAPITAL	INTERIOR
Auxiliar Administrativo	21	5	16
Auxiliar Produção em Calçados	2	-	2
Auxiliar em Serviços de Supermercados	3	-	3

FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018

Logo a seguir, na tabela 2, a grade curricular que classifica os componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias. Nesta, destacam-se as disciplinas: cooperativismo, formação humana e científica, cidadania e trabalho e empreendedorismo, com uma carga horária de cento e quarenta horas, equivalente à 35% das horas totais de educação não formal oferecido pela COOPEEB aos adolescentes matriculados.

De acordo com o conteúdo analisado nestas disciplinas, comprovou-se os ensinamentos doutrinários do cooperativismo, dos valores, dos direitos e deveres de um cidadão. Desta forma, o atendimento do quinto princípio do cooperativismo - educação, formação e informação foi atendido, o que corrobora com o que afirma Oliveira (2005), que este princípio objetiva o desenvolvimento cultural e profissional.

A informação transparente das atividades da cooperativa, a divulgação da doutrina, da filosofia e dos princípios são caminhos para o sucesso.

Tabela 2 - Disciplina e carga horária

GRADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Cooperativismo	40
Formação Humana e Científica	48
Cidadania e Trabalho	32
Empreendedorismo	20
Informática	40
Introdução à Administração	40
Português	36
Matemática Comercial e Financeira	36
Apresentação para o Mercado de Trabalho	8
Módulo Específico	100
Total de Horas	400

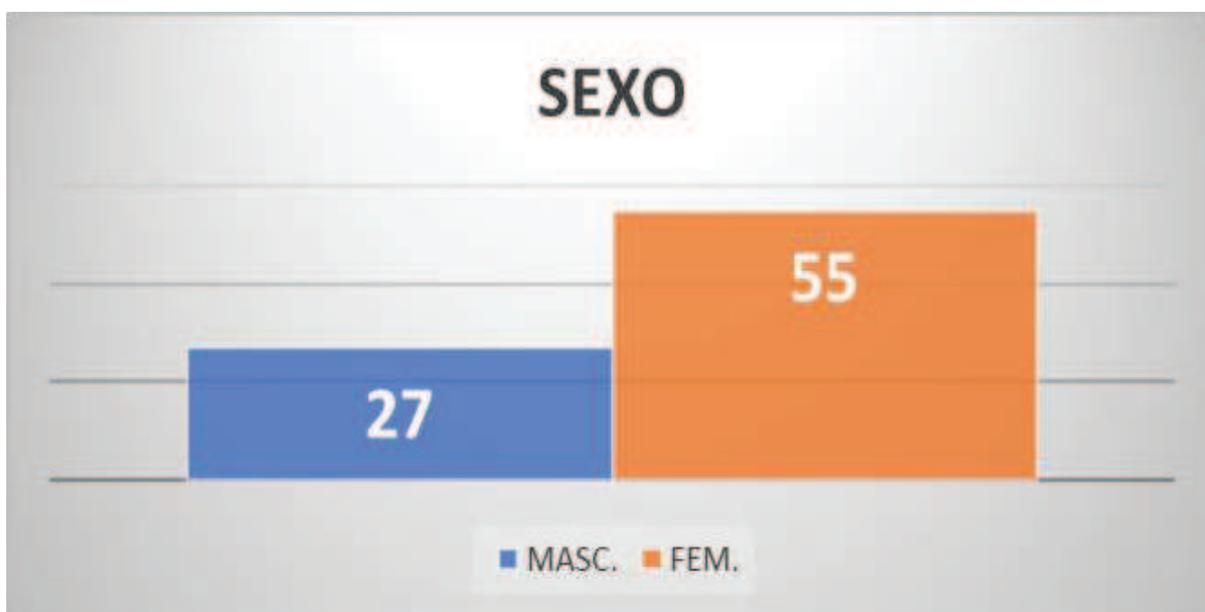
FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018

4.2 RESULTADOS DA PESQUISA

Conforme pode-se verificar abaixo, no gráfico 1, o número de jovens do sexo feminino é mais que o dobro do número de jovens do sexo masculino. Este dado

evidencia que as pessoas do sexo feminino se destacam cada vez mais no mercado de trabalho.

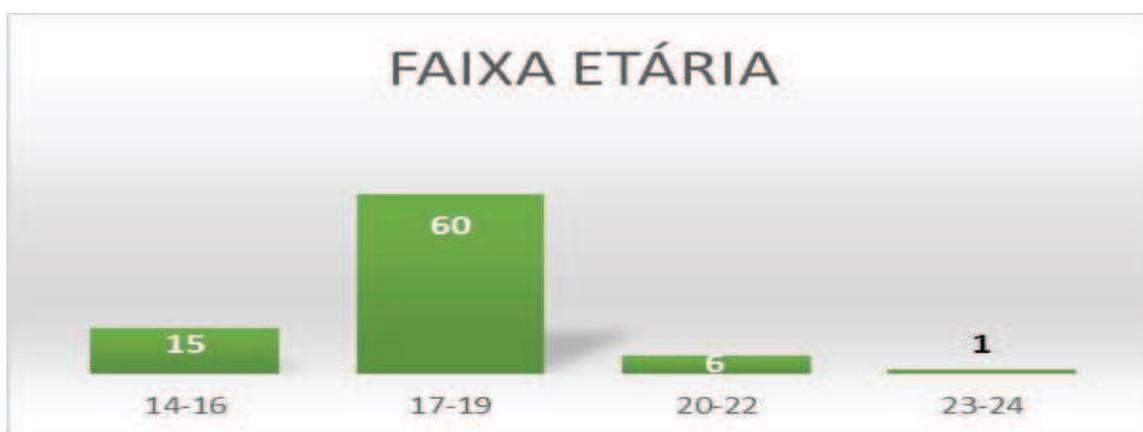
Gráfico 1 – Sexo dos aprendizes



FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018

Em seguida, no gráfico 2 abaixo, é possível visualizar a faixa etária dos aprendizes. Nela, 73,17% encontram-se com idades entre 17 a 19 anos. Esta concentração se justifica pelo interesse de as cooperativas cotistas efetivarem estes jovens no final do contrato, uma vez que suas políticas de gestão de pessoas não permitem a admissão de pessoas com idade inferior aos 18 anos de idade.

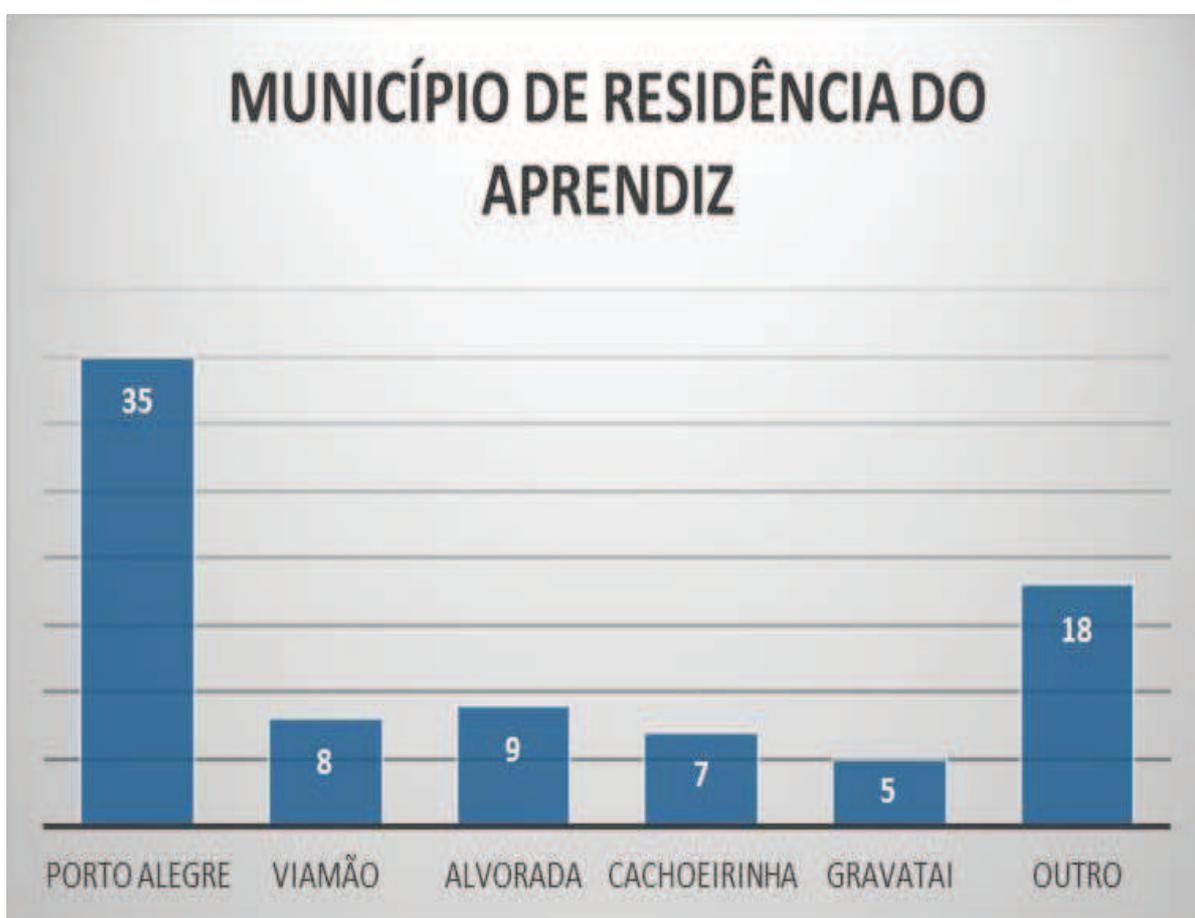
Gráfico 2 – Faixa etária dos aprendizes



FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018

Em relação ao gráfico 3, destaca-se que a quantidade de jovens residentes no município de Porto Alegre é mais expressiva se comparada aos residentes da região metropolitana. No entanto, neste caso, este não foi o fator decisivo da contratação, uma vez que a informação das cooperativas cotistas foi que a escolha dos aprendizes ocorreu em função de suas habilidades e atitudes, ou seja, por questões comportamentais já que estes, em sua maioria, não possuem nenhuma experiência profissional.

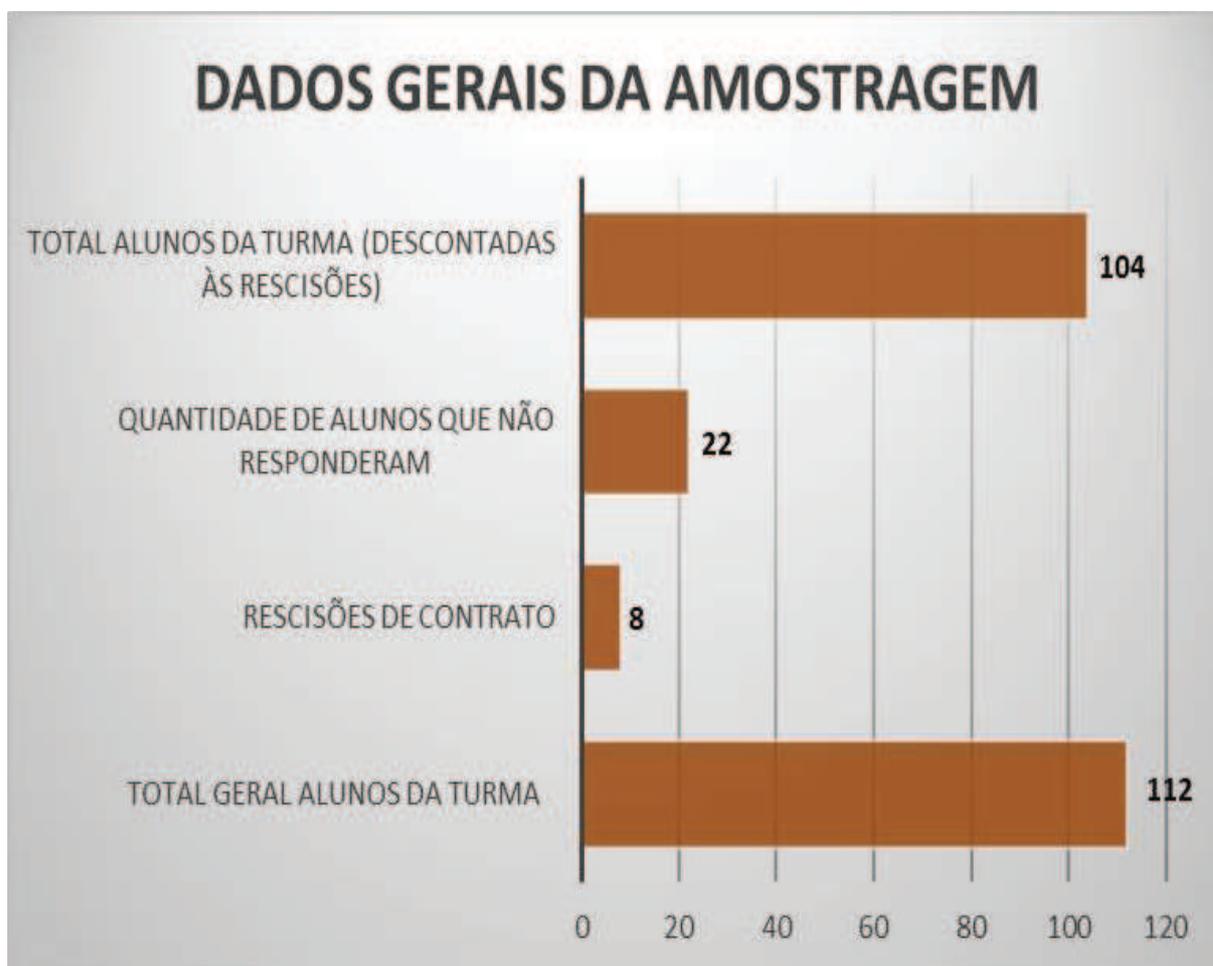
Gráfico 3 – Município de residência dos aprendizes



FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018.

No gráfico 4 abaixo, referente aos dados gerais da amostra, é possível destacar um pequeno percentual de 7,14% de rescisões. Na presente investigação não foram averiguados os motivos das rescisões, por este não ser o objeto desta pesquisa. Assim, depois de 15 meses de contrato, os resultados apuraram que 92,86% destes contratos ainda permaneceram ativos. Tal dado revela a importância e o comprometimento que os jovens aprendizes têm com o programa.

Gráfico 4 – Dados gerais da amostragem



FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018.

No gráfico 5, em relação ao conhecimento da doutrina cooperativista, os resultados apontaram que 95,12% dos jovens que responderam à pesquisa não possuíam nenhum conhecimento acerca do tema, o que corrobora com a ideia que o “jovem da capital” desconhece o que é cooperativismo.

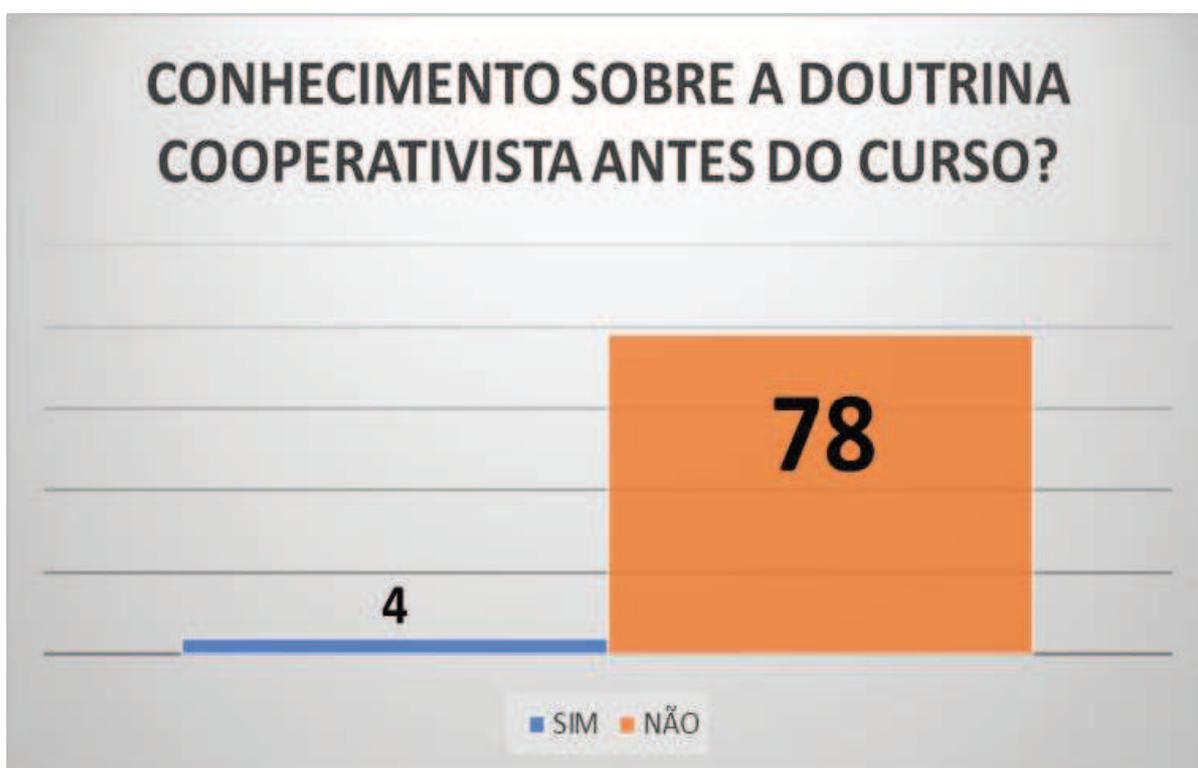
Analisando o contexto acima, Schneider (2010, p.27), comenta que:

[...] O cooperativismo é visto por muitas pessoas como algo mascarado, relacionado a envolvimento político, e, além disso, muitas vezes os próprios associados não possuem condições de conceituar “o que é uma cooperativa”. Ainda é vista por alguns sob aspecto pejorativo – pior que desconhecer algo é conhecer de forma distorcida.

Neste caso, pode-se salientar **que a marca de uma entidade empresarial, vista como referência no mercado**, desperta no jovem o interesse em participar de processos seletivos disponibilizados por estas entidades. O fato é que os jovens desconhecem que estas organizações são, de fato, cooperativas.

Outros vinte e dois jovens que não responderam à pesquisa estavam ausentes de suas turmas por motivos diversos.

Gráfico 5 – Dados gerais da amostragem



FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018.

No gráfico 6, que questionou sobre a importância da doutrina cooperativista na formação de aprendizes, 98,78% dos entrevistados que responderam à pesquisa consideraram que os ensinamentos cooperativistas contribuem na sua formação, seja na vida pessoal e/ou na profissional.

Para Schneider (2010, p.31), este conjunto de técnicas adquiridas pelos jovens, ao longo do curso, faz com que:

[...] A nossa perspectiva de educação mais se aproxime da cooperativa na sua dimensão de “associação de pessoas”, enquanto que a capacitação, nas suas diversas acepções, mais se aproxime da cooperativa na sua dimensão “empresa”. Para nós a educação abarca a formação sobre a

visão de mundo, da vida e da economia própria do cooperativismo, compreende a formação dos valores, dos princípios essenciais, das normas e sua aplicação concreta dentro das circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais de todo o país e de cada região. A formação e a capacitação atuam de forma técnica nos métodos e nos procedimentos relacionados com a gestão eficiente da empresa cooperativa, como instrumento do cooperativismo.

Gráfico 6 – Contribuição da doutrina cooperativista para formação do jovem



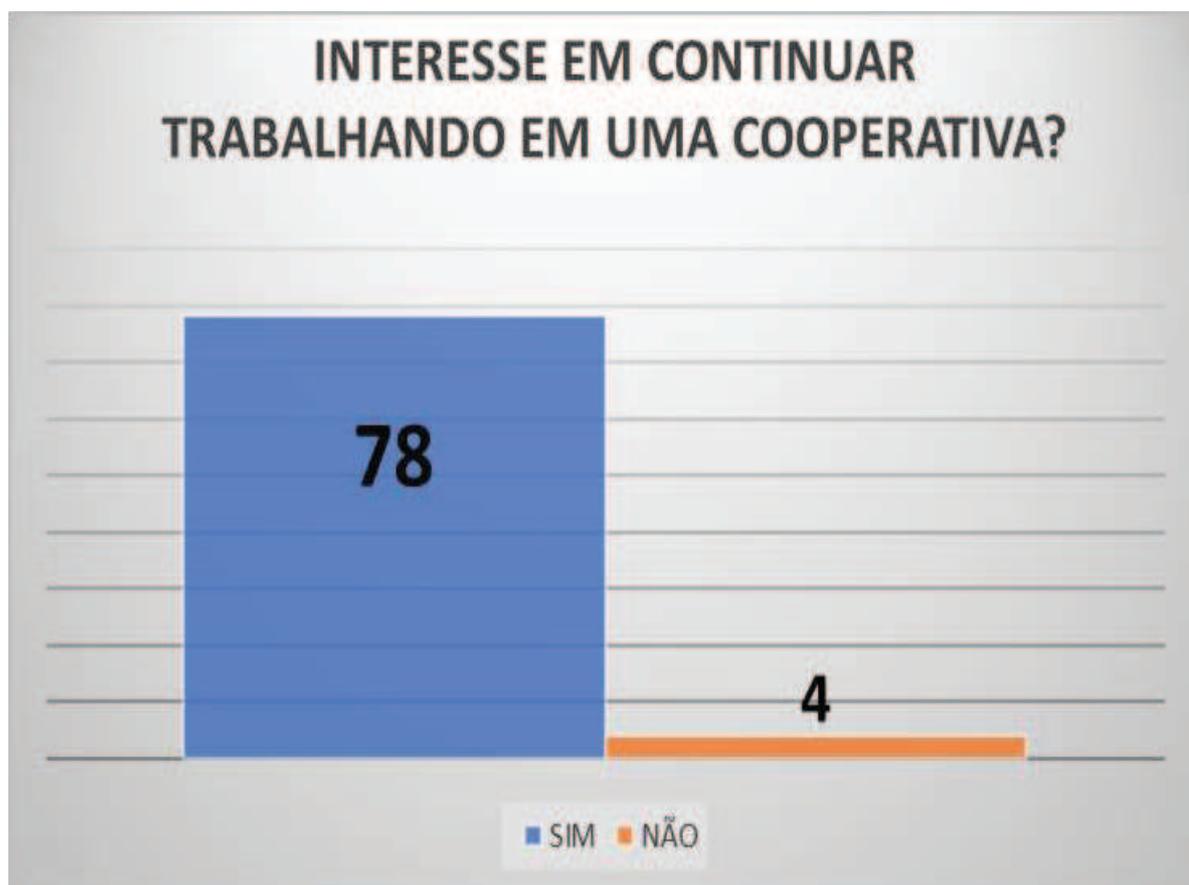
FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018.

Em relação ao próximo gráfico ficou evidenciado que 95,12% dos aprendizes, ao vivenciarem a doutrina, identificam-se com os valores e princípios cooperativistas, resgatando, desta forma, sua cidadania e o seu sentimento de pertencimento.

Desse modo, neste momento, pode-se destacar que o espírito empreendedor surge na alma deste jovem, cooperando para o sucesso do empreendimento e desejando permanecer neste ambiente. Logo, é possível entender que a:

“Educação cooperativa é um conjunto de métodos que permitem adquirir o hábito de ver, pensar e julgar segundo ideias, valores e princípios cooperativos. Segundo esta acepção, a educação cooperativa prepara pessoas para um estilo de vida, de convivência e de trabalho diferente, marcado pela autoajuda, reforçado pela ajuda mútua, gerando situações de solidariedade e processos de sinergia na cooperativa, na continuidade e na sociedade mais ampla.” (BURR, 1964 citado por SCHNEIDER, 2010, p.31),

Gráfico 7 – Interesse em continuar trabalhando em uma cooperativa



FONTE: Elaboração do autor. Agosto 2018

4.3 OUTROS DADOS COLETADOS

Ao questionar os entrevistados sobre as aprendizagens que consideraram relevantes fica muito evidente o desconhecimento da doutrina cooperativista. No entanto estes, ao conhecerem a história, a amplitude e os casos de sucesso no cooperativismo, destacam a importância do ato de cooperar na vida profissional e pessoal.

Outro ponto em destaque desta pesquisa, apontada por muitos jovens, se refere à disciplina de informática, uma vez que a maioria destes limita seu conhecimento de tecnologia da informação em aplicativos e pesquisas no google.

Assim, **a formação corporativa funcional básica da tecnologia da informação** fica esquecida por muitos. Conforme a grade curricular, a formação corporativa funcional básica da tecnologia da informação é composta pelo manuseio das seguintes ferramentas: editores de texto, planilhas eletrônicas,

montagens de apresentações e envio e recebimento de e-mails - conforme a norma culta -; conteúdo este ministrado na disciplina de informática pela COOPEEB.

Também não se pode deixar de lado o contexto da disciplina de “ética e cidadania”, pois deve-se saber os direitos do ser humano no convívio social e as obrigações do estado protetor. Contudo, há pouca bibliografia acerca dos deveres que cada cidadão precisa ter para com a sociedade. Desse modo, ficou evidente nas respostas dos aprendizes que mesmo a disciplina sendo esquecida no ensino formal, é de suma importância que seja ministrada, uma vez que ela fornece suporte e orientação que subsidia o discernimento nas relações sociais e profissionais.

Em relação ao empreendedorismo, e influenciados pelo próprio ambiente cooperativista, pode-se afirmar que o ato de assumir riscos é um perfil do jovem que se volta para o mundo. Isso ocorre porque este identifica que existe um cenário econômico mundial promissor nas cooperativas, cheio de oportunidades e desafios.

E, por último, a matemática financeira é um componente curricular que fornece suporte para que o jovem descubra a importância, de fato, dessa disciplina nas relações comerciais cotidianas; e como este conhecimento pode protegê-lo das armadilhas do sistema capitalista para, assim, obter êxito nessas relações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o olhar se volta para o futuro, percebe-se que atividades profissionais são extintas e criadas com a mesma velocidade. No interior do estado do Rio Grande do Sul encontram-se famílias que participam das decisões políticas, de maneira ativa, cooperativa e integrada na solução dos problemas sociais. E, na mesma corrente, há obtenção de uma educação com maior qualidade e equilíbrio social.

Para Schneider (2010, p. 33), o processo educacional deve-se:

[...] aos agentes do processo educacional: os educadores e os educandos, para tornarem efetivo o processo de educação, pelo fato especialmente de serem pessoas adultas e, portanto, já com uma longa experiência adquirida, devem vivê-lo juntos, de maneira que o educador esteja com os educandos e não para ou diante dos educandos. A evolução do conhecimento no decorrer do processo deve fazer-se em grupo, partindo da sua realidade concreta, [...].

Nesse aspecto, novas formas de educação cooperativista se fazem necessárias em um mundo cada vez mais individualista. Para tanto, espaços de educação não formais devem ser estimulados para a promoção e para a integração profissional do jovem no mercado de trabalho. No entanto, deve-se respeitar o pluralismo e a diversidade cultural, assim como os desafios tecnológicos, pois estes promovem formas disruptivas de inovação para atender um novo contexto de sociedade.

Assim, o profissional que atua na área da educação - principalmente cooperativista - precisa estar preparado para lidar com uma sociedade que é explorada constantemente pelo capitalismo consumista e o seu empobrecimento, seja de forma econômica ou cultural. Dessa forma, como promotores deste **movimento cooperativo**, deve-se, por obrigação moral e ética, reforçar a doutrina em todos os espaços disponíveis para, assim, cooperar para o crescimento do Brasil de maneira economicamente viável e sustentável.

Nesse sentido, o presente estudo tem um papel contributivo para o movimento cooperativo, pois evidenciou, na sua explanação, que investimentos de maneira continuada na educação promovem desenvolvimento social e econômico de forma ampla e completa, pois, conforme assegura Albuquerque (2003), a educação

cooperativa é libertadora, desenvolvimentista de autonomia social, econômica e política.

Na mesma linha de pensamento, Campos et al. (2016, p.109, 110) acreditam que as pessoas devem ser protagonistas e agentes cooperativos, e que cabe à educação cooperativa reforçar e produzir, de maneira organizada e sistemática o conhecimento e as práticas cooperativas, porque [...] o sentido da autonomia e liberdade individual e social impetrado pela educação exige cooperação para se legitimar [...].

Assim, como pôde-se identificar nesta pesquisa, o “jovem da capital” não possui contato ou possui baixíssima interação com o movimento cooperativista. Porém, uma vez estimulado com boas práticas e com uma educação de qualidade, ocorre neste o despertar e a vontade de participar cada vez mais deste movimento mundial.

Desta forma, não se pode pensar em educação sem pensar em cooperação como protagonistas e como transmissores dos ensinamentos da doutrina cooperativista aos jovens. Isso é essencial para se evitar que esta geração e as próximas se distanciem destes valores, como acontece seguidamente no meio rural, onde os jovens são atraídos e seduzidos pelas facilidades e privilégios do ambiente capitalista concentrados nas grandes cidades.

Também é possível verificar, nos resultados obtidos, uma participação mais ativa no mercado de trabalho de pessoas do sexo feminino. Esta, reforça a ideia de que a mulher está na luta da conquista de seu espaço no mercado de trabalho. Como resposta ao encontro positivo dos valores e princípios cooperativistas, a maioria destes jovens demonstra vontade de permanecer em um ambiente cooperativo após a conclusão do curso de aprendizagem.

As cooperativas, por sua vez, encontraram no curso de Auxiliar Administrativo uma forma de absorver os jovens com maior intensidade para o atendimento da legislação vigente e na promoção de conhecimentos, habilidades e atitudes cooperativistas, preparando os mesmos na assunção de futuros postos de trabalho.

Assim, depois de tabular os dados e analisar os resultados obtidos na presente pesquisa, pode-se afirmar que o programa Aprendiz Cooperativo, promovido pelo SESCOOP-RS e ministrado pela COOPEEB contribui, de fato, na educação e na formação de jovens cooperativistas para o mercado de trabalho.

Ainda que, mesmo sendo um estudo inicial com os jovens cooperativistas, este revela que sua continuidade e aprofundamento é extremamente meritória, o que vem de encontro à afirmação de Gawlak (2010, p.13) que assegura que “cooperar é agir de forma coletiva com os outros, trabalhando juntos em busca do mesmo objetivo. A prática da cooperação educa a pessoa desenvolvendo uma mentalidade mais aberta, flexível, participativa, humana e solidária.”

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, PP. **Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo**. Revue uniRcoop, v. 1, p. 19-32, 2003.

BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm, acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Sistema S. Brasília/DF: Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>, acesso em: 07 out.2018.

CAMPOS, Paulo. **Educação Cooperativa e as Influências Teóricas de John Dewey**, Porto Alegre: Sescop, 2016, 144p.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: Princípios Científicos e Educativos**. São Paulo: Cortez, 1991.

EASTERBY-SMITH, M. **Pesquisa gerencial em administração: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FIALHO, Francisco Antônio Pereira; MONTIBELLER, Fo. Gilberto; MACEDO, Marcelo; MITIDIARI, Tibério da Costa. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

FRANTZ, Walter. **Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo**. Ijuí: UNIJUÍ, (Cadernos Unijuí) 2003.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2017/pnadc_201704_trimestre_quadroSintetico.pdf, acesso em: 30 jun. 2018.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo: primeiras lições**. 4 ed.rev. e atual. – Brasília: Sescop, 2010. 112p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. 3 reimpr. – São Paulo, Atlas, 2010.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 Tecelões de Rochdale**. Porto Alegre, 14º ed, Sulina, 2014, 104p, (Saber/Fazer Unimed-RS, v.2).

KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e Educação a Distância**. 2005. 270f. Tese (doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MANUAL DA APRENDIZAGEM. **O que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. – 7. Ed. Ver. Ampliada. – Brasília: Assessoria de Comunicação do MTS, 2011. 88p.

MONTENEGRO, Eduardo J. S. **Estatística programada passo a passo** Vol. III e Vol. V, 1981.

NASCIMENTO, F. R. Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de Gestão das Cooperativas – uma abordagem prática**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Evandro Conrado. **Uma forma moderna e democrática de trabalho**. Revista Gestão Cooperativa, Brasília, ano 7, n.18, p.9, jan. / fev. 2005.

PINCHOT, Gifford. **Intrapreneuring: por que você não precisa deixar a empresa para tornar-se em empreendedor**. São Paulo: Harbra, 1989.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **7 Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/>. Acesso em 29 set. 2018

PROGRAMA COOPERJOVEM. Brasília – DF: OCB/SESCOOP e COOPERGRAF, 2001.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZEK, Sibebe Saliba. Introdução. In: CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS FILHO, Plínio Ribeiro, **Alguns Aspectos de Doutrina Cooperativista e de Organização de Cooperativas**, São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Cooperativismo, 1981, 37p.

SCHNEIDER, José Odelso, **Educação Cooperativa e suas Prática: Os desafios no seu desempenho** / José Odelso Schneider (coordenador). - São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2010, 132 p.

SCHNEIDER, José Odelso, **Pressupostos da educação Cooperativa: A Visão de Sistematizadores da Doutrina do Cooperativismo**, Brasília, Editora UNISINOS, 2003 p.

SCHNEIDER, José Odelso. **Educação Cooperativa e Suas Práticas**, Brasília, SESCOOP, 2003.

SCHUMPETER, Josef Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SESCOOP/RS. Programa Aprendiz Cooperativo. Disponível em:
<http://www.sescooprs.coop.br/programas/aprendiz-cooperativo/>. Acesso em:
06.10.2018.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Informações gerais

Prezado Jovem Aprendiz Cooperativo!

Primeiramente gostaria de agradecer sua disponibilidade em responder este questionário. Suas respostas são de extrema relevância para a conclusão deste estudo, do qual você é o ator principal. Desta forma, solicito que antes de responder cada uma das questões a seguir, seja feita uma breve reflexão. Desde já agradeço sua colaboração.

Favor marcar com um **X** somente quando solicitado nos retângulos.

Descreva uma resposta que melhor lhe represente.

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Faixa de idade:

De 14 a 16 anos De 17 a 19 anos De 20 a 22 anos

De 23 a 24 anos

3. Em que município você reside:

Porto Alegre

Viamão

Alvorada

Cachoeirinha

Gravataí

Outro, qual: _____

4. **Você possuía algum conhecimento sobre a doutrina cooperativista antes de iniciar o curso Aprendiz Cooperativo – Aux. Administrativo? Caso sua resposta seja “SIM”, escreva um breve comentário sobre como adquiriu esse conhecimento:**

Sim

Não

Realize aqui seu comentário, se sua resposta é “SIM”:

5. **Destaque 02 (duas) aprendizagens realizadas durante o Curso Jovem Aprendiz Cooperativo que você considera relevantes. Justifique suas respostas:**

6. **Como Jovem Aprendiz Cooperativo, você constatou que o estudo da Doutrina Cooperativista contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e profissional?**

Sim

Não

Se sim, cite pelo menos 01(um) exemplo:

7. **Após o término de seu contrato, você tem interesse em continuar trabalho em uma cooperativa?**

Sim

Não

Justifique aqui abaixo sua resposta:
